

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO - AGEUFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE
JUSTIÇA - PPGDIR

FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS

PRECARIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEAS: reforma trabalhista,
direitos fundamentais e dignidade humana – das promessas ao desencantamento

São Luís

2023

FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS

PRECARIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEAS: reforma trabalhista,
direitos fundamentais e dignidade humana – das promessas ao desencantamento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para qualificação ao título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Semiologia, Política e Instituições do Sistema de Justiça.

Orientador: Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai.

Coorientador: Prof. Dr. José Cláudio Pavão Santana.

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ramos, Fernanda Franklin da Costa.

Precarização e escravidão contemporâneas : reforma trabalhista, direitos fundamentais e dignidade humana das promessas ao desencantamento / Fernanda Franklin da Costa Ramos. - 2023.

127 p.

Coorientador(a): José Cláudio Pavão Santana.

Orientador(a): Cássius Guimarães Chai.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Direitos fundamentais. 2. Escravidão contemporânea. 3. Reforma trabalhista. I. Chai, Cássius Guimarães. II. Santana, José Cláudio Pavão. III. Título.

FERNANDA FRANKLIN DA COSTA RAMOS

PRECARIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEAS: reforma trabalhista,
direitos fundamentais e dignidade humana – das promessas ao desencantamento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da
Universidade Federal do Maranhão como requisito
parcial para qualificação ao título de Mestre.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. José Cláudio Pavão Santana (Coorientador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Dr^ª. Monica Fontenelle Carneiro

Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Dr^ª. Valena Jacob Chaves

Examinador externo

A Maria Carolina e Maria Fernanda, meus mais valiosos diamantes. A Mauro, meu marido, pelo amor, incentivo e cumplicidade diária. A minha mãe, Cláudia e meus irmãos Luciana e Guilherme, por todo o amor e amparo sempre.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amores Maria Carolina, Maria Fernanda e Mauro, pelo amor compreensivo, incentivo diário e entendimento das ausências que a profissão e o estudo me impõem, na certeza de que qualquer obstáculo é mais ameno com o seu amparo e apoio.

À minha amada mãe, Cláudia, que conseguiu, sozinha, criar e formar a mim e meus irmãos, com todo o esforço e dedicação sem medidas que só o amor materno é capaz de motivar.

Aos meus irmãos queridos, Luciana e Guilherme, companheiros das dificuldades e vitórias, meu incontestável amor.

Às minhas amadas avós Amélia e Zazá (*In memorian*), que preencheram minha infância, adolescência e parte da vida adulta de afeto, a quem eu destino a minha mais absoluta saudade, carinho, amor e gratidão. Como eu gostaria de poder ligar para minha avó Zazá agora para contar que o dinheiro do cursinho, que ela tão sacrificadamente me passava com maior orgulho todo mês, da aposentadoria conquistada por anos na máquina de costura e batendo bolo está me rendendo até hoje!

Ao meu saudoso pai, Luiz (*In memorian*), meu amor, carinho e saudade constante. Como teria sido melhor se tivéssemos compartilhado mais tempo, tido mais momentos juntos!

Ao meu ex-marido Gustavo, por ter me dado meus maiores presentes da vida e a minha saudosa sogra, tia Kátia (*In memorian*), cujos telefonemas diários eram sempre recheados de afeto e de cuidado recíproco.

Aos meus primos-irmãos Heitor, Sylvia Amélia, Anna Cristina e Anna Sylvia e meus tios Sylvia, Álvaro, Tânia e Henrique, por sua torcida e orações.

Aos meus amados amigos cujas orações e torcida são mutuamente compartilhadas desde os bancos da UFMA, Laire, Ângela, Núbia e Maurílio, que tornam, com sua amizade dedicada, os dilemas do cotidiano mais leves. Conceição Meirelles, Gabrielle Boumann e Socorro Almeida, cujo carinho, amizade e generosidade sempre estiveram comigo nessa batalha.

Agradeço às Irmãs Doroteias e à minha saudosa tia Irmã Guiomar, que garantiram no Colégio Santa Teresa, minha educação de qualidade e formação religiosa, ambas muito caras para mim, pois me permitiram tudo que sou e tenho hoje.

Gratidão aos desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, órgão do qual tenho orgulho de fazer parte há mais de 18 anos, pela sensibilidade de deferir meu pedido de afastamento para qualificação, na certeza de que, quanto mais bem preparado é um

magistrado, mais amparada está a sociedade, em especial aos Desembargadores Gérson de Oliveira Costa Filho e James Magno de Araújo Farias, amigos queridos, que sempre me incentivaram e se alegraram com minhas vitórias.

Ao meu querido mestre professor Doutor Cássius Guimarães Chai, que, para além do profissional admirável, educador humano, mente brilhante e ser humano inspirador, esteve sempre delicada e incansavelmente me conduzindo, orientando e me enriquecendo com seu saber, sua convivência leve e sua humildade que é predicado dos maiores sábios.

Ao meu coorientador professor Doutor José Cláudio Pavão Santana, de quem tenho o privilégio de desfrutar das lições desde os tempos da graduação na Casa do Bacanga, onde fui aluna, professora e ora estou, como mestranda, bebendo da fonte da universidade pública, gratuita e de qualidade!

Agradeço imensamente as valiosas contribuições e generosidade dos professores Doutores José Cláudio Pavão Santana, Monica Fontenelle Carneiro e Valena Jacob Chaves, que muito engrandeceram minha pesquisa com sua sabedoria e sugestões de aprimoramento.

À professora Mônica Teresa Costa Sousa, pela dedicação, competência e comprometimento com o seu amor pela docência, sedimentando em meu coração de que a luta pelo Direito está antes de tudo em não nos deixar calar perante as injustiças.

Aos meus queridos: Karine, Manoel, Carla, Denise e Vitor Hugo, com quem compartilhei tantas ansiedades, dúvidas, medos e alegrias! Que presente será levar nossa amizade para a vida!

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade, que me enriqueceram com sua multiplicidade de saberes.

Aos meus diletos servidores da Vara do Trabalho de Santa Inês que tanto torceram e vibraram por cada vitória minha, especialmente meu diretor de secretaria Efren Segundo e meu amigo e juiz substituto Mário Batigniani.

Por fim, à minha coordenadora Karla Barros e aos meus companheiros de oração do Grupo Oásis dos Remédios - Exército de Nossa Senhora, por serem meu encontro de fé, mesmo quando estava ausente fisicamente, na certeza de que Nossa Senhora e Jesus nunca me desamparam!

Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata

Gonzaguinha (Um Homem Também Chora)

RESUMO

A pesquisa busca como objetivo principal analisar aspectos e impactos decorrentes da Reforma Trabalhista no Sistema de Justiça de proteção do trabalhador, relativo ao combate à prática de redução dos trabalhadores às condições análogas à de escravo, com enfoque no acesso à Justiça e direitos fundamentais sociais, e Estado de Direito. O referencial teórico consiste na conceituação do valor social do trabalho plasmado pela dignidade da pessoa do trabalhador, considerado como preceito fundamental, sob a ótica de Chai (2004), em concorrente proteção por normas internacionais de direitos humanos universais. Discute-se o esvaziamento das práticas repressivas mitigadoras da redução à condição análoga de escravidão e a régua da escravidão como medida de subdesenvolvimento de uma sociedade. As revisões bibliográfica e documental são adotadas como procedimentos metodológicos, bem como o uso da pesquisa quali-quantitativa e do método dedutivo na análise das decisões judiciais nas quais há alegação de trabalho em condições análogas à de escravo ajuizadas no Tribunal Regional do Trabalho da 16^a Região, no recorte temporal de 2017 a 2022, e os impactos percebidos nas demandas decorrentes da Lei 13.467/2017, com a lesão aos direitos fundamentais sociais. Constam, dentre outros, os trabalhos dos seguintes autores: Sen (2010), Chai (2004), Moura (2023), Farias (2022), Rawls (2011), Delgado (2017) e Jacob (2016). Com os resultados alcançados, demonstra-se que a prática de exploração de trabalhadores em condições análogas à de escravo não diminuiu durante o recorte da pesquisa, tendo seus reparos judiciais sido dificultados em decorrência da reforma trabalhista. Conclui-se que a coisificação do ser humano é conduta inadmissível, devendo as instituições do sistema de justiça, a sociedade e a academia, como mecanismos de transformação do mundo, unir-se com o escopo de preservar a dignidade da pessoa humana, combatendo o trabalho em condições análogas à de escravo e a ofensa a direitos arduamente conquistados através de grandes esforços de classe, alcançados por meio de instrumentos legais como a reforma trabalhista.

Palavras-chave: escravidão contemporânea; reforma trabalhista; direitos fundamentais.

ABSTRACT

The main objective of the research is to analyze aspects and impacts resulting from the Labor Reform in the Worker Protection Justice System, regarding the fight against the practice of reducing workers to conditions analogous to slavery, with a focus on access to Justice and fundamental social rights, and rule of law. The theoretical framework consists of the conceptualization of the social value of work shaped by the dignity of the worker, considered as a fundamental precept, from the perspective of Chai (2004), in concurrent protection by international norms of universal human rights. It discusses the emptying of repressive practices that mitigate the reduction to a condition analogous to slavery and the rule of slavery as a measure of the underdevelopment of a society. Bibliographical and documentary reviews are adopted as methodological procedures, as well as the use of qualitative and quantitative research and the deductive method in the analysis of judicial decisions in which there is an allegation of work in conditions analogous to slavery filed at the Regional Labor Court of the 16th Region, in the time frame from 2017 to 2022, and the perceived impacts on the demands arising from Law 13,467/2017, with the violation of fundamental social rights. Among others, there are works by the following authors: Sen (2010), Chai (2004), Moura (2023), Farias (2022), Rawls (2011), Delgado (2017) and Jacob (2016). With the results achieved, it is demonstrated that the practice of exploiting workers in conditions analogous to slavery did not decrease during the research period, with its judicial repairs having been hampered as a result of the labor reform. It is concluded that the objectification of the human being is an inadmissible conduct, and the institutions of the justice system, society and academia, as mechanisms for transforming the world, must unite with the aim of preserving the dignity of the human person, fighting the work in conditions analogous to slavery and the violation of hard-won rights through great class efforts, achieved through legal instruments such as labor reform.

Keywords: contemporary slavery; labor reform; fundamental rights.

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------|---|-----|
| Gráfico 1 | Processos distribuídos por ano | 94 |
| Gráfico 2 | Prazo médio em dias - do ajuizamento ao arquivamento | 96 |
| Gráfico 3 | Valor do pagamento | 98 |
| Gráfico 4 | Valor da causa | 98 |
| Gráfico 5 | Trabalho em condições análogas à de escravo ou condições degradantes | 100 |
| Gráfico 6 | Processos distribuídos por ano | 101 |
| Gráfico 7 | Valor da causa | 102 |
| Gráfico 8 | Prazo médio em dias - do ajuizamento ao arquivamento | 102 |
| Gráfico 9 | Valor do pagamento | 103 |
| Gráfico 10 | Visão geral dos processos da Justiça do Trabalho..... | 103 |
| Gráfico 11 | Trabalho em condições análogas à de escravo, dano moral ou condições degradantes – processos distribuídos por ano | 104 |
| Gráfico 12 | Trabalho em condições análogas à de escravo, dano moral ou condições degradantes – valor de causa | 105 |
| Gráfico 13 | Trabalho em condições análogas à de escravo, dano moral ou condições degradantes – Prazo médio em dias - do ajuizamento ao arquivamento | 105 |
| Gráfico 14 | Trabalho em condições análogas à de escravo, dano moral ou condições degradantes – valor do pagamento | 106 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | | |
|---------|---|--|
| COETE | - | Controle de Erradicação do Trabalho Escravo |
| CLT | - | Consolidação das Leis Trabalhistas |
| CP | - | Código Penal |
| FTF | - | Escritório de Trabalho Forçado e Exploração Infantil |
| IDH | - | Índice de Desenvolvimento Humanos |
| IPEA | - | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| MFDH | - | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos |
| ODS | - | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| OIT | - | Organização Internacional do Trabalho |
| ONU | - | Organização das Nações Unidas |
| PNUD | - | Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento no Brasil |
| SISACTE | - | Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado, do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo |
| TRT-16 | - | Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | METODOLOGIA | 19 |
| 2.1 | Teoria do conhecimento | 19 |
| 2.2 | Método de abordagem | 28 |
| 2.3 | Método de procedimento | 30 |
| 2.4 | Técnica de procedimento | 30 |
| 3 | DA EVOLUÇÃO HISTÓRICO JURÍDICA DO TRABALHO ESCRAVO | 33 |
| 3.1 | Conceituação e desenvolvimento histórico, jurídico e social do instituto | 35 |
| 3.2 | Escravidão como negativa plural de direitos | 42 |
| 3.3 | A permanência do estado do Maranhão como exportador e receptor de mão de obra escrava | 44 |
| 4 | A REFORMA TRABALHISTA E OS MECANISMOS DE ENTRAVE NA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS | 54 |
| 4.1 | A contextualização política, social e justificativa da reforma trabalhista | 55 |
| 4.2 | A reforma trabalhista como negativa de acesso à justiça | 59 |
| 4.3 | Do acesso à justiça enquanto premissa de uma justiça por equidade | 62 |
| 4.4 | Incoerências Hermenêuticas do Sistema de Justiça na aplicação de instrumentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos no combate ao trabalho forçado e escravo contemporâneo | 69 |
| 5 | O DIAGNÓSTICO DA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO ESTADO DO MARANHÃO POR MEIO DOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NAS VARAS DO TRABALHO DO TRT 16ª REGIÃO | 72 |
| 5.1 | A negativa de direitos fundamentais sociais naturalizada pela banalização da exploração da mão de obra em condições análogas as de escravo | 73 |
| 5.2 | A escravidão contemporânea, a reforma trabalhista e a Agenda 2030 | 76 |
| 5.3 | Impactos da Reforma Trabalhista nos processos de trabalho escravo no Maranhão | 90 |
| 6 | CONCLUSÃO | 110 |
| | REFERÊNCIAS | 116 |